

A implementação da educação especial no Sistema Colégio Militar: os arranjos institucionais e as capacidades estatais

EDSON RAMON LIMA PEREIRA DOS SANTOS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio)
santos.edsonramon@gmail.com

O campo de estudos sobre implementação de políticas públicas dedica-se a compreender como as políticas são traduzidas em práticas concretas nos contextos institucionais em que são executadas. No campo educacional brasileiro, pesquisas recentes indicam uma expansão significativa desse tipo de investigação, especialmente a partir da criação da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais, que impulsionou análises sobre os fatores que condicionam a execução de políticas no contexto educacional (Muylaert et al., 2023). Entretanto, ainda são limitados os estudos que investigam como arranjos institucionais específicos influenciam os processos de implementação de políticas educacionais inclusiva.

Buscando compreender as contribuições dos estudos sobre implementação de políticas públicas, Lotta (2019) apresenta que o campo se consolidou a partir da década de 1970, por meio da abordagem *top-down*, ao demonstrar que a execução raramente corresponde às intenções dos decisores. Nas décadas seguintes, o debate deslocou-se para perspectivas *bottom-up*, com críticas ao modelo anterior e a introdução do conceito de burocratas de nível de rua, ressaltando a adaptação cotidiana como elemento central do processo. Para superar essa dicotomia, a geração seguinte desenvolveu modelos sintéticos, enfatizando o papel das redes e coalizões de atores. A partir dos anos 2000, a agenda volta-se para temas como governança, processos multiníveis, arranjos institucionais e capacidades estatais.

Alinhados com a perspectiva da agenda mais recente, Gomide e Pires (2024) desenvolveram uma estratégia metodológica para analisar os arranjos institucionais de implementação e sua relação com a ativação das capacidades estatais. Para os autores, as capacidades estatais são habilidades, competências e recursos que o Estado possui para estabelecer e alcançar objetivos. Entretanto, são condições necessárias, mas não suficientes. Para serem ativadas, as capacidades dependem da articulação de um conjunto



de regras, mecanismos e processos que, por meio de arranjos institucionais, organizam atores e interesses.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, representa um marco na garantia do direito à matrícula de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação em classes comuns da rede regular de ensino. Embora fundamentada nos direitos humanos e na valorização da diversidade para promover a equidade, sua execução na prática permanece um desafio (Boff e Machado, 2024).

Pesquisas recentes apontam que o sucesso da implementação depende de múltiplos fatores, como a formação docente, que ainda é vista como insuficiente para lidar com a diversidade (Araújo, 2023) e o fortalecimento de ações institucionais por meio de núcleos especializados, os quais possuem equipe multiprofissional e realizam o atendimento educacional especializado (Santos e Vargas, 2023). Além disso, a descontinuidade político-administrativa e a persistência de visões capacitistas por parte de atores da implementação comprometem a sustentabilidade e a qualidade dos processos inclusivos (Camargo e Carvalho, 2019). Nesse contexto, a gestão escolar destaca-se como um campo de produção teórica ainda escasso no âmbito da educação especial (Santos e Pereira, 2023). Consequentemente, os mecanismos institucionais que condicionam a implementação da educação especial inclusiva em sistemas educacionais específicos ainda são pouco compreendidos.

No intuito de contribuir com esse campo de pesquisa, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar de que maneira os arranjos institucionais estruturados no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), uma rede de escolas públicas federais vinculadas ao Exército Brasileiro e responsável pela oferta de educação básica sob diretrizes pedagógicas e administrativas próprias, condicionam a ativação de capacidades estatais e os resultados da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), no recorte temporal de 2015 a 2025. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) sistematizar evidências disponíveis identificando os resultados e impactos; ii) mapear capacidades e recursos mobilizados; iii) descrever os arranjos institucionais e operacionais, incluindo atores, instrumentos, processos e suas eventuais reconfigurações.



O percurso metodológico, de abordagem qualitativa, foca na compreensão dos processos de implementação. A coleta de dados está estruturada em análise documental de diretrizes, portarias, relatórios e documentos oficiais. A seleção da amostra foi realizada pela relevância normativa e institucional. O procedimento analítico é caracterizado por cinco estágios baseados no modelo de Gomide e Pires (2024): i) análise dos objetivos da política; ii) sistematização de evidências sobre resultados; iii) inventário das capacidades existentes; iv) descrição dos arranjos de implementação e suas reconfigurações; v) explicação dos mecanismos de ativação de capacidades.

Os resultados preliminares indicam que a implementação da PNEEPEI no SCMB ocorre em um contexto institucional marcado por ações normativas e clareza de objetivos, enfatizando inclusão, ampliação do acesso e adaptação curricular. Entretanto, a análise documental evidencia tensões entre avanços normativos e desafios práticos, com destaque para a formação dos docentes no campo da educação especial. Destaca-se que os arranjos institucionais estruturados no sistema desempenham papel relevante na coordenação de atores e instrumentos relevantes para a consolidação de práticas inclusivas. Entretanto, a diversidade cultural, a heterogeneidade territorial e os limites relacionados à distribuição de recursos revelam que a ativação das capacidades estatais ocorre de forma desigual entre os contextos locais.

Esses achados contribuem para o campo de estudos sobre implementação de políticas educacionais ao evidenciar como os arranjos institucionais de um sistema educacional específico influenciam a mobilização de capacidades estatais e condicionam os resultados de políticas inclusivas. Ao mesmo tempo, a análise documental mostrou-se limitada para a compreensão das dinâmicas de implementação nos contextos escolares. Como desdobramento da pesquisa, aponta-se a necessidade de investigações empíricas que incorporem a perspectiva dos atores envolvidos na implementação, de modo a aprofundar a análise sobre os mecanismos institucionais que estruturam a educação inclusiva no âmbito do SCMB.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A política nacional da educação inclusiva: perspectivas, desafios e práticas em contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 3241-3252, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11859> Acesso em: 7 mar 26



BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, v. 40, p. e85133, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/?lang=pt> Acesso em 6 mar 26.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de; CARVALHO, Cynthia Paes de. O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 617-634, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400006> Acesso em: 7 mar 26.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Cartographies of Inclusive Education in Special Education: Scientific Production, Policies and Practices. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e143p, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e143j> Acesso em: 6 mar 26.

GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d202e434-1308-49a7-b586-8efdb3011a8c/content> Acesso em: 10 set. 25

LOTTA, Gabriela Organizadora. Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162> Acesso em: 6 mar 26

MUYLAERT, Naira; OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; COSTA, Paula Araujo da. Metapesquisa: a implementação de políticas públicas educacionais no campo da educação. **Educação em Revista**, v. 39, p. e38352, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hY7RvdBnDvcPTtyFRf56dxn/?format=html&lang=pt> Acesso em: 6 mar 26.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: uma abordagem analítica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 32, p. e022, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/F74NYCkzkVfKPMFp3q6Bx9B/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 set. 25

SANTOS, Nayara Costa dos; VARGAS, Juliano. A política de educação especial na perspectiva inclusiva: medidas implementadas entre 2016 e 2022 nos Institutos Federais do Piauí e do Rio Grande do Norte. **Cuadernos de Educación y Desarrollo-QUALIS A4**, v. 15, n. 7, p. 6374-6392, 2023. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1545> Acesso em: 7 mar 26

SANTOS, Alexsandro do Nascimento; PEREIRA, Rodnei. Diretores de escola na implementação das políticas de educação especial inclusiva em um município da Região



Metropolitana de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2386-2404, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16688> Acesso em: 7 mar 26.

